

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No dia 28 de fevereiro de 2018, durante uma intempérie, houve uma inundação no Palácio da Justiça de Loulé. Procedia-se, nessa altura, a uma obra de reparação e substituição da cobertura, não tendo o empreiteiro tomado medidas adequadas para proteção do edifício.

Uns dias depois, no início de março, o Grupo Parlamentar do PCP questionou o Ministério da Justiça sobre as medidas que seriam tomadas para assegurar o normal funcionamento dos serviços instalados no Palácio da Justiça de Loulé e para garantir, com celeridade, a reparação dos estragos provocados pela inundação (pergunta n.º 1294/XIII/3.ª).

Volvidos 16 meses, no passado dia 8 de julho, uma delegação do PCP voltou a visitar o Palácio da Justiça de Loulé, para se inteirar dos avanços nas obras de reparação, tendo sido informada que as obras mais prementes haviam sido realizadas logo após a inundação. Quanto às restantes obras ainda não tinham sido realizadas, prevendo-se, contudo, que pudessem ter início em breve, mas apenas em quatro secretarias (reparação dos pisos, paredes e tetos) e no exterior (pintura); as restantes obras (numa secretaria, nas salas de testemunhas, nas celas e nas zonas de circulação) não estavam sequer agendadas.

A delegação do PCP foi ainda informada que o ar condicionado é muito antiquado, pelo que, em alguns espaços, já não tem capacidade de refrigeração, sendo necessária a sua substituição.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministério da Justiça, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Como justifica o Governo que 16 meses após a inundação de 28 de fevereiro de 2018, só tenham sido realizadas as obras de reparação mais prementes?
2. Como justifica o Governo que, das restantes obras necessárias, apenas estejam agendadas as de quatro secretarias (reparação dos pisos, paredes e tetos) e no exterior (pintura)? Quando terão início essas obras? Quando estarão concluídas?
3. As restantes obras (numa secretaria, nas salas de testemunhas, nas celas e nas zonas de

circulação) quando serão realizadas?

4. Quando será substituído o sistema de ar condicionado do Palácio de Justiça de Loulé, já que o atual é antiquado e não cumpre a sua função?

Palácio de São Bento, 16 de julho de 2019

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)